

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : 2 GLOBO

CLASS. : Índios / Saúde

DATA : 5 3 89

PG. : 6

SINR 0150

Funai: Índice de alcoolismo cresce entre os indígenas

BRASÍLIA — A Funai está preocupada com a incidência de alcoolismo entre os índios e vai reunir seus Superintendentes regionais para que sejam desenvolvidas campanhas locais de conscientização e controle. Segundo o Chefe do Serviço de Saúde do órgão, Marcos Guimarães, a fundação não dispõe de qualquer pesquisa ou estatística, mas possui informações isoladas sobre o alto consumo de bebidas entre grupos indígenas como os carajás, na Ilha do Bananal, e alguns dos ianomânis, em Roraima, que têm contato com garimpeiros.

Guimarães advertiu que as bebidas provocam vários malefícios ao índio. Além do abandono de sua cultura tradicional, elas podem levar à morte, seja por tuberculose ou por afogamento, por exemplo. A Superintendência da Funai para os Estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso já iniciou uma campanha na região de São Félix do Araguaia, em Mato Grosso, por onde transitam os carajás — entre os quais o alcoolismo é considerado grave.

O Administrador interino da Funai no Araguaia, Jorge Fernando Borgea, afirmou que até as mulheres e as crianças estão bebendo. As bebidas já teriam sido responsáveis por mais de 30 casos de violência entre os índios — causando inclusive mortes.

O Delegado do Município, Wilson Leite, baixou uma portaria determinando a abertura de inquérito contra quem descumprir o Estatuto do Índio, que incrimina o fornecimento de bebidas alcoólicas. A pena prevista vai de seis meses a dois anos de detenção.

As bebidas chegam aos índios sem-

pre através do homem branco, como presente ou meio de troca, e vão se incorporando à vida diária do grupo. Exatamente devido aos malefícios causados pelos brancos, o Governo criou ontem nove Florestas Nacionais em terras indígenas, num total de 3,5 milhões de hectares, todas na região do Projeto Calha Norte, na Amazônia. Ao mesmo tempo, a Funai foi autorizada a demarcar duas áreas e nove colônias indígenas, declaradas como de posse permanente de 17 grupos, num total de 2,1 milhões de hectares.

As medidas fazem parte do Programa Nossa Natureza e objetivam o estabelecimento de "um espaço físico adicional capaz de amortecer o choque oriundo das diferenças culturais existentes na região entre os indígenas e a sociedade regional envolvente". Ficou assegurado o uso preferencial das riquezas naturais das seis Florestas Nacionais — Cubaté, Urucu, Xié, Içana-Aiari, Cuiari, Içana, Piraiauaara, Taracua I e Taracua II — e vedado o ingresso de terceiros sem autorização da Funai e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Segundo o Procurador Geral da Funai, Ovídio Martins, o órgão fica agora autorizado a coibir as atividades de mineração executadas nestas áreas indígenas. Os grupos que terão terras demarcadas são tucano, macu, baniva, desana, tariana, vanana, vareguena, baré, curipaco, cobeva, desano, arapaso, coripasso, tuiuca, piratapuia, juriti-tapuia e meriti-tapuia. Eles estão localizados próximos a rios do Município de São Gabriel da Cachoeira.